

SITUAÇÃO MUNDIAL DA INFÂNCIA 2011

Adolescência: Uma fase de oportunidades



CADERNO BRASIL

Sumário

1. Introdução: Situação Mundial da Infância 2011	2
2. Adolescência: uma fase de oportunidades	3
3. A realização dos direitos dos adolescentes: consolidar ou limitar progressos históricos?	4
4. Desafio para assegurar direitos na adolescência: a redução das desigualdades	7
5. Investindo na adolescência brasileira: boas práticas de participação	9
6. Perspectivas e recomendações	11

Fotos deste Caderno Brasil

João Ripper/Roberto Jayme/Andressa Anholete/Arquivo UNICEF e Arquivo Iidac/Luqman Patel e Leonardo Cairo

1. Introdução: Situação Mundial da Infância 2011

O relatório Situação Mundial da Infância, publicado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) desde 1980, traz nesta edição de 2011 a adolescência como foco de análise, em razão da importância e da urgência do tema, e em apoio ao segundo Ano Internacional da Juventude.

No primeiro capítulo, o relatório argumenta que a adolescência deve ser entendida, antes de tudo, como uma fase especial de desenvolvimento, que precisa ser abordada a partir da perspectiva dos direitos. Embora historicamente a interpretação de documentos internacionais tenha dado ênfase à infância, os direitos dos adolescentes também estão contemplados na Convenção sobre os Direitos da Criança e em outros tratados internacionais de direitos humanos.

Em seguida, o relatório apresenta o panorama global de realização dos direitos dos adolescentes levantando a seguinte questão: consolidar ou limitar progressos históricos? Em nível global, houve melhorias significativas nas condições de vida na infância, com redução das taxas de mortalidade infantil e de crianças com menos de 5 anos; aumento significativo do número de meninas e meninos matriculados no ensino fundamental; mais acesso à água potável; maior cobertura de imunização; e distribuição de medicamentos antirretrovirais. Entretanto, a escassez de recursos voltados para a adolescência pode limitar ou interromper esses avanços em lugar de estendê-los para a fase posterior à primeira década da infância.

O terceiro capítulo do relatório analisa o impacto de questões emergentes na adolescência, argumentando que investir no desenvolvimento dos adolescentes torna-se ainda mais urgente ao considerarmos que a essa geração caberá encontrar soluções para os desafios da contemporaneidade, como a crise financeira mundial, o desemprego estrutural, a mudança climática que gera degradação ambiental, a urbanização e migração, o envelhecimento das sociedades, a pandemia do HIV/aids.

Em seu último capítulo, o relatório chama atenção para a urgência, a relevância e a oportunidade de se investir na adolescência como forma de alcançarmos



os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) com equidade. O relatório enfatiza que hoje e nas próximas décadas a luta contra a pobreza, as iniquidades e a discriminação nunca atingirá seus objetivos sem a participação dos adolescentes. Conclui, assim, que os esforços para se atingir os ODM não serão suficientes se os adolescentes não forem ouvidos como aliados do processo de desenvolvimento, e suas necessidades, consideradas.

Em todas as sessões, o relatório relata boas práticas de participação e fortalecimento das capacidades dos adolescentes voltadas a prepará-los para a vida adulta, para a conquista da cidadania plena e do desenvolvimento integral. A publicação também traz diversos relatos de adolescentes sobre suas realidades e expectativas.

Este Caderno Brasil faz parte do material de divulgação do relatório *Situação Mundial da Infância 2011*, contextualizando para a realidade brasileira as reflexões e dados do relatório global.

2. Adolescência: uma fase de oportunidades

O relatório *Situação Mundial da Infância 2011* inova nesta edição ao apresentar a adolescência como foco de análise, descrevendo essa fase da vida como um período de oportunidades. A novidade é o reconhecimento de que há um equívoco em entender a adolescência como um problema. Em lugar de serem vistos como oportunidade, os adolescentes são vistos, por exemplo, como ameaça para as famílias e para a sociedade. Muitas vezes suas necessidades não são levadas em consideração pelas políticas públicas e tomadores de decisão. Diante disso, o relatório convoca toda a sociedade a inverter a lógica tradicional, que costuma reduzir a adolescência a uma fase de riscos e vulnerabilidades. A ideia proposta é a visão dessa fase da vida como oportunidade não apenas para os próprios adolescentes, mas também para suas famílias, suas comunidades, os governos e a sociedade.



Para o UNICEF, a adolescência representa para os próprios adolescentes uma oportunidade de socialização, construção da identidade e autonomia. Para as famílias, a adolescência é um convite para descobrir um mundo novo. As escolas podem aproveitar a facilidade de aprendizado dessa fase e contribuir para que os estudantes adquiram o conhecimento necessário para desenvolver seu potencial. A comunidade se beneficia com a característica natural da adolescência de agir coletivamente. Na esfera das políticas públicas, devem ser ampliados os canais para que os adolescentes exerçam seu poder de influência e construam uma perspectiva crítica em relação à sua realidade.

Enquanto o senso comum costuma estigmatizar as pessoas nessa etapa da vida, com ênfase nos dados de gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis e infrações cometidas, o relatório aborda essas questões ressaltando a necessidade de se compreender as trajetórias de vida para identificar as razões e reverter a falta de acesso a direitos básicos que levam a estatísticas devastadoras para a adolescência. Contribuem para essa visão estereotipada da adolescência estudos que se restringem a explicá-la por meio de questões biológicas que levariam a uma “explosão de hormônios” e confusão mental, uma fase intermediária, em que já teria sido superada a necessidade de proteção para sobrevivência, mas em que ainda não haveria a autonomia da vida adulta. O relatório *Situação Mundial da Infância 2011* desconstrói esse raciocínio, trazendo novos conceitos sobre adolescência e apontando a importância de se continuar investindo no desenvolvimento de meninos e meninas após a primeira década da sua vida.

A publicação aponta a dificuldade em definir a adolescência como um conceito único, uma vez que os indivíduos vivenciam essa experiência de forma diferente, dependendo de variáveis como a maturidade física, emocional e cognitiva do indivíduo. De acordo com o relatório, outro complicador está relacionado ao fato de que os países têm diferentes legislações a respeito da idade em que os legalmente ditos “menores de idade” se tornam “maiores”. O relatório *Situação Mundial da Infância 2011* define adolescência como a fase da vida entre 10 e 19 anos de idade. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente define a adolescência como a fase da vida entre 12 e 18 anos incompletos.

Independentemente das definições, o relatório argumenta que é na adolescência que meninas e meninos contam com imenso potencial para seu próprio desenvolvimento e podem consolidar de forma sustentável, duradoura e participativa as transformações positivas alcançadas na primeira década da infância. Portanto, investir no desenvolvimento dos adolescentes é disponibilizar ferramentas para que encarem os desafios do seu tempo e se engajem em um esforço coletivo para melhoria de sua vida, assim como a de seus pares, sua família, sua comunidade e seu país.

3. A realização dos direitos dos adolescentes: consolidar ou limitar progressos históricos?

O relatório *Situação Mundial da Infância 2011* mostra que, apesar de riscos persistentes que ameaçam sua sobrevivência, os adolescentes de hoje são mais saudáveis que os das gerações anteriores. Em grande maioria, eles foram beneficiados pelo acesso à educação fundamental e serviços de saúde mais eficazes na primeira década da infância. No entanto, existe uma escassez de recursos generalizada que prejudica a realização de direitos na segunda década de vida, quando essas pessoas enfrentam grandes obstáculos em relação ao acesso a políticas essenciais para seu desenvolvimento, como, por exemplo, o ensino médio. Segundo a análise, no Brasil a situação não é diferente: os avanços alcançados para a primeira década da infância ainda

não garantem a continuidade do desenvolvimento de meninas e meninos na adolescência.

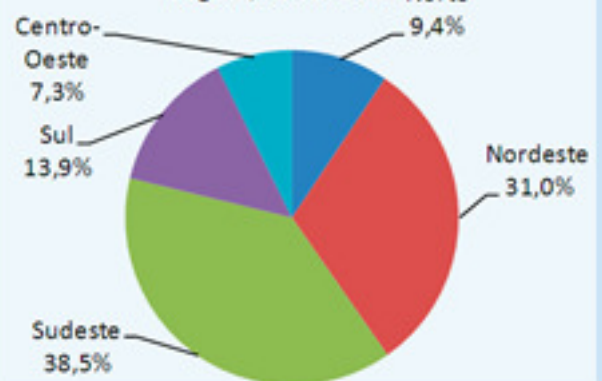
O Brasil é um país jovem: 30% dos seus 191 milhões de habitantes têm menos de 18 anos e 11% da população possui entre 12 e 17 anos, uma população de mais de 21 milhões de adolescentes. Por isso, é essencial que o Brasil atenda às necessidades específicas da adolescência nas suas políticas. Caso contrário, corre-se o risco de que um grupo tão significativo e estratégico para o desenvolvimento do País fique invisível em meio às políticas públicas que focam prioritariamente na primeira fase da infância e na fase seguinte da juventude.

Fatos curiosos sobre tendências demográficas mostram como está distribuída a população adolescente no mundo e o seu crescimento no decorrer dos anos.

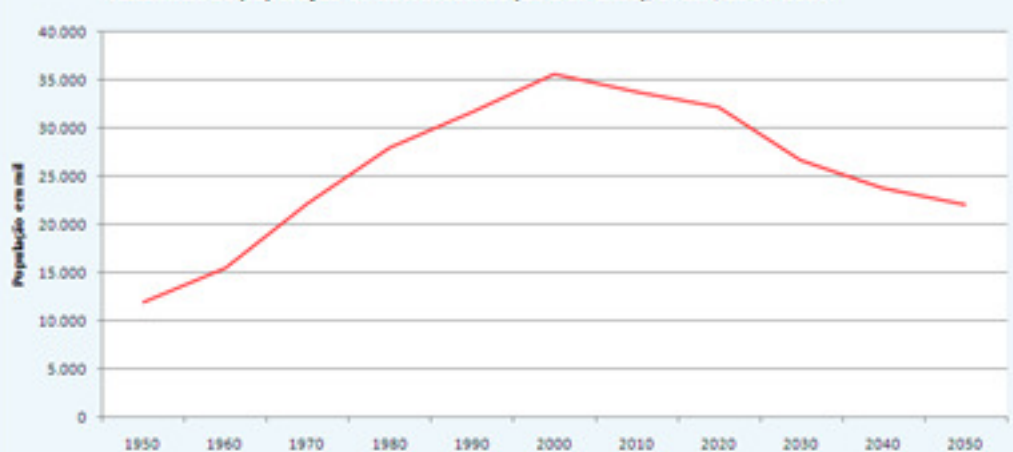
- A população adolescente dobrou desde 1950, e atualmente 88% dos adolescentes vivem nos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos.
- O número absoluto de adolescentes continuará aumentando discretamente até 2030, mas o fato é que, com exceção de em algumas regiões da África, esse número já está decrescendo em quase todas as regiões do mundo, e diminuirá de forma constante em todo o mundo por volta de 2050.
- Outra tendência mundial é o crescimento do número de adolescentes vivendo em áreas urbanas: esse percentual subirá dos 50% em 2009 para 70% até 2050. Sendo que os maiores aumentos ocorrerão nos países em desenvolvimento.

No Brasil, os dados demográficos confirmam tendências semelhantes ao cenário global, como mostram estes gráficos.

População de adolescentes (10 a 19 anos) por região, Brasil 2009



Tendência da população de adolescentes (10 a 19 anos), Brasil, 1950-2050



Fonte: Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, World Population Prospects: The 2008 Revision, <<http://esa.un.org/unpp/wpp2008/index.htm>>, consultado em 31.01.2011.

O relatório aponta uma dificuldade, também enfrentada pelo Brasil, em relação à disponibilidade de dados sobre adolescência em comparação com as estatísticas disponíveis sobre a primeira infância. Por isso, justifica-se o foco do relatório mundial nas questões de saúde e educação sobre as quais se têm mais informações.

No que diz respeito à saúde sexual e reprodutiva, o relatório ressalta que as meninas são mais vulneráveis do que os meninos, porque têm relações sexuais mais cedo e usam menos os contraceptivos. Com isso, recaem sobre elas consequências como gravidez, mortalidade materna e outros riscos como aids/DST. No Brasil, apesar da diminuição constante das taxas de fecundidade, a gravidez na adolescência é um fenômeno que pouco se alterou na última década, tendo inclusive aumentado nos anos mais recentes para a faixa etária de 10 a 14 anos. Em 1998, foram registrados 27.237 nascimentos de mães de 10 a 14 anos. Em 2004, o número foi de 26.276 e, em 2008, de 28.479 (Sinasc, 2008), sendo 15 mil nas regiões Norte e Nordeste, com 38% das mães dessa faixa etária com menos de seis consultas pré-natais. No Brasil, relações sexuais antes dos 15 anos são consideradas abuso, do ponto de vista jurídico, e, portanto, a gravidez entre meninas de 10 a 14 anos é uma violação de direitos. O grupo etário de adolescentes entre 15 e 19 anos vem acompanhando o decréscimo das taxas de fecundidade dos últimos anos, ainda que os partos nessa faixa etária representem quase 20% do total. O fato preocupante, no entanto, é que as complicações relacionadas à gravidez e ao parto estão entre as principais causas de morte de meninas adolescentes de 15 a 19 anos de idade em todos os lugares do mundo, como mostra o relatório.

Ainda em relação à saúde, o relatório destaca as DST/aids como uma grande ameaça à sobrevivência dos adolescentes. Mais uma vez, em quatro das sete regiões do mundo, as meninas adolescentes são quase duas vezes mais vulneráveis do que os meninos a contrair o vírus. O Brasil segue a mesma tendência: para cada caso novo entre meninos, existe

1,5 caso de meninas infectadas, proporcionalmente. Por outro lado, o relatório mostra que as meninas de 15 a 19 anos são mais propensas a fazer o teste anti-HIV do que os meninos na mesma faixa etária. No Brasil, entre as pessoas de 15 a 24 anos, 39% declaram não usar preservativos em todas as relações e, mesmo com as informações sobre prevenção e formas de infecção disponíveis, não reconhecem a aids como um problema com o qual eles devam se preocupar. Os dados nacionais do último boletim epidemiológico AIDS/DST 2010 apontam para a necessidade de se compreender as especificidades do grupo de adolescentes e jovens. Um levantamento realizado com mais de 35 mil adolescentes e jovens de 17 a 20 anos indica que, em cinco anos, a prevalência do HIV nesse grupo passou de 0,09% para 0,12%. Quanto menor a escolaridade, maior o percentual de infectados. Ou seja, como afirma o relatório global do UNICEF, existe uma forte relação entre baixa escolaridade e vulnerabilidade com relação ao HIV/aids.



O relatório mundial conclui a análise de saúde ressaltando a necessidade de se investir em serviços de saúde voltados para o público adolescente. No Brasil, o Ministério da Saúde aprovou recentemente um conjunto de diretrizes para a saúde do adolescente que estão sendo adotadas e acompanhadas pelos serviços de saúde municipais. Existe, inclusive, uma carteira específica para o acompanhamento da saúde de meninos e meninas adolescentes, contendo também informações relevantes sobre saúde sexual e reprodutiva.

Com relação à educação, o relatório confirma que a transição da educação primária para a educação secundária ainda é um grande desafio no mundo, principalmente nos países em desenvolvimento e nos menos desenvolvidos. Por isso, alcançar taxas maiores de conclusão no primeiro ciclo é a chave para reforçar o número dos adolescentes que alcançam essa transição. Globalmente, um em cada cinco adolescentes está fora da escola, enquanto, no Brasil, essa proporção é de um em cada sete. Uma das explicações, segundo o relatório, está relacionada ao custo de garantir a educação secundária, significativamente maior do que o custo da educação primária.

O relatório menciona o Brasil como um dos países que adotaram medidas recentes para ampliar o acesso dos adolescentes à educação. Em 2009, a Emenda Constitucional nº 59 ampliou significativamente os recursos orçamentários para garantia do ensino básico e instituiu a obrigatoriedade do ensino público gratuito dos 4 aos 17 anos de idade, incluindo o ensino médio, estipulando que a medida seja implementada até 2016. Hoje, 14,8% dos adolescentes brasileiros entre 15 e 17 anos estão fora da escola, e um dos problemas mais sérios da educação no Brasil é a distorção idade/série, que atinge de forma mais contundente essa faixa etária. Menos da metade dos adolescentes de 14 a 17 anos que declaram frequentar a escola estão no ensino médio (Pnad 2009). A média de anos de estudo nesse grupo é de 7,4 anos, ou seja, menos do que o necessário para completar o ensino fundamental (Pnad, 2009).

Diferentemente do cenário mundial, a iniquidade de gênero na educação afeta principalmente os meninos. Na educação secundária, o número de meninas matriculadas é de 85 em cada 100 e a taxa de frequência líquida é de 80 em cada 100. No caso dos meninos, esses números caem para 78% e 74%, respectivamente. Apesar de as disparidades de gênero na educação não serem tão significativas no Brasil como em outras partes do mundo, existem algumas questões de gênero em relação aos fatores que levam meninas e meninos brasileiros a abandonar a escola. Entre as principais razões para o abandono escolar dos adolescentes, por exemplo, estão a necessidade de trabalhar e a gravidez. Em 2009, 14,2% dos adolescentes entre 12 e 17 anos estudavam e trabalhavam, a maioria, meninos. Das

meninas que abandonaram a escola, 28% fizeram-no por estar grávidas (SIAB, 2009).

Outros direitos relacionados à vida escolar dos adolescentes também são violados, como o direito ao esporte. A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (Pense 2009), realizada pelo IBGE com mais de 600 mil estudantes do 9º ano do ensino fundamental (em sua maioria com idades entre 13 e 15 anos) nas capitais do País, revelou que menos da metade dos entrevistados (43,1%) realizava 300 minutos ou mais de atividade física semanal, tempo recomendado para esse grupo etário.

Quanto aos direitos e garantias relacionados à proteção, o relatório mundial aponta como principais ameaças aos adolescentes a exploração no trabalho, a violência e o abuso sexual e os conflitos com os sistemas de justiça criminal. No Brasil, essas questões também ameaçam principalmente os adolescentes. De um total de 2,1 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos explorados no trabalho, 1,2 milhão são adolescentes de 14 e 15 anos (Pnad 2009). No caso de violências ocorridas contra crianças e adolescentes, 60% dos casos registrados ocorrem em ambientes domésticos; 22%, em esferas públicas; e 18%, em instituições de saúde, centros de detenção, unidades de assistência social, entre outros. Em relação à violência sexual, dados de 2008 mostram que, de um total de 12.594 casos registrados, 8.674 ocorreram na faixa etária de 7 a 14 anos. No caso dos adolescentes em conflito com a lei, em 2009 existiam 16.940 adolescentes cumprindo medidas socioeducativas com restrição de liberdade, sendo 11.901 em internação, 3.471 em internação provisória e 1.568 em semiliberdade¹. Enquanto 19.444 adolescentes cumpriam medidas em meio aberto. Do total de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas, 92% são meninos, 46% têm entre 17 e 18 anos, sendo que 54% concluíram o ensino fundamental, enquanto apenas 4,9% têm o ensino médio (SDH/2009).

Em seu prólogo, o relatório mostra que, no Brasil, as reduções na taxa de mortalidade infantil entre 1998 e 2008 significam que foi possível salvar a vida de mais de 26 mil crianças; no entanto, no mesmo período, 81 mil adolescentes brasileiros, entre 15 e 19 anos de idade, foram assassinados. Enquanto globalmente os acidentes de trânsito são a grande causa de morte na adolescência, correspondendo a

1/3 do total, no Brasil, a principal causa são os homicídios. Dados de 2008 mostram que homicídios são a primeira causa de óbito entre adolescentes de 15 a 19, com 40% (7.543 óbitos); e, em seguida, estão os acidentes de trânsito, com 17,8%² (3.360 óbitos). Estudos recentes mostram que as vítimas mais frequentes de homicídio são adolescentes, meninos, afrodescendentes, geralmente fora da escola, que vivem em comunidades populares de grandes centros urbanos. De acordo com os dados do Índice de Homicídios na Adolescência (IHA)³, seis em cada sete homicídios são cometidos com armas de fogo, e a possibilidade de ser vítima é 12 vezes maior para adolescentes do sexo masculino e quatro vezes maior para negros e indígenas. Porém, é

importante ressaltar que o crescimento dos homicídios entre as meninas afrodescendentes na faixa etária de 10 a 19 anos foi de 55% entre 1997 e 2007.

A conclusão das análises do relatório sobre essas questões é de que, apesar de os adolescentes serem considerados por muitos como uma ameaça, na prática, uma pequena parcela de adolescentes desenvolve hábitos negativos, como abuso de drogas e envolvimento com a criminalidade. A grande maioria avança para a idade adulta pacificamente e, nos casos de violência, são muito mais frequentemente vítimas do que autores.

4. Desafio para assegurar direitos na adolescência: a redução das desigualdades.

Falta de oportunidades educacionais e profissionais, mortes violentas, relações sexuais precoces desprotegidas, HIV/aids e trabalho infantil são apresentados pelo relatório como alguns dos principais riscos que podem impedir que os adolescentes desenvolvam suas capacidades na transição para vida adulta. Ao mesmo tempo, desafios globais, como mudança climática, incerteza econômica, globalização e tendências demográficas, formam um cenário incerto para os adolescentes no mundo todo.

ainda são insuficientes, tornando-os o grupo etário mais vulnerável em relação a determinados riscos, como o desemprego e subemprego, a violência, a degradação ambiental e redução dos níveis de qualidade de vida. As oportunidades são ainda mais escassas quando são levadas em consideração outras dimensões da iniquidade além da idade, como renda, condição pessoal, local de moradia, gênero, raça ou etnia.

Atualmente, 38% dos adolescentes brasileiros vivem em situação de pobreza, enquanto esse percentual é de 29% em relação à média da população⁴. Já as crianças e os adolescentes afrodescendentes são os mais afetados pela pobreza, elevando esse número para 56%. Mesmo nas regiões Sul e Sudeste, onde a pobreza é considerada menor do que nas demais regiões, crianças e adolescentes negros têm 70% a mais de chances de ser pobres do que os brancos. Na Região Amazônica, 56,9% das crianças e adolescentes são afetados pela pobreza, e, no Semiárido, esse percentual é de 67,4%. Dados do último censo populacional também mostram que crianças e adolescentes com deficiência têm 12 vezes mais chances de ser pobres do que os demais.



Em consonância com o relatório mundial, a situação dos adolescentes no Brasil demonstra que atualmente as oportunidades para sua inserção social e produtiva

Segundo o relatório, é na segunda década da vida que as iniquidades frequentemente aparecem de forma mais evidente. Os dados disponíveis comprovam que a iniquidade é um dos principais fatores que

impedem que os adolescentes mais pobres e vulneráveis continuem sua escolarização e os expõem a situações de abuso, exploração e violência. Por outro lado, o acesso igualitário a direitos é imprescindível para o desenvolvimento dos adolescentes, sendo a iniquidade uma grande barreira ao pleno cumprimento dos direitos dos adolescentes definidos pela Convenção sobre os Direitos da Criança e outros instrumentos.

Essa abordagem de equidade para o desenvolvimento dos adolescentes coloca em destaque a necessidade levantada pelo relatório de identificar os adolescentes mais vulneráveis em cada sociedade. Com isso, será possível garantir que os investimentos sejam direcionados a oferecer-lhes oportunidades igualitárias para que possam crescer e se desenvolver. A dimensão equitativa dos direitos na adolescência também é fundamental para o Brasil, já que a oferta de políticas e serviços não alcança os adolescentes mais vulneráveis, seja em razão de questões relacionadas à renda, condição pessoal, raça e etnia e/ou local onde vivem.

Para se ter ideia de como as disparidades regionais e étnico-raciais afetam a vida dos adolescentes, os dados da Pnad 2009 revelam que o analfabetismo entre adolescentes negros de 12 a 17 anos é quase duas vezes maior do que entre brancos. Um adolescente negro de 12 a 17 anos tem 42% mais de chances de estar fora da escola do que um adolescente branco na mesma faixa etária. Quando se compara a educação na cidade e no campo, observa-se que o nível de escolaridade dos jovens entre 15 e 29 anos da zona rural era 30% inferior ao dos jovens da zona urbana (UNICEF/SIAB 2009). O analfabetismo também continua sendo um desafio regional, sendo que, entre o grupo de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, 1,8 milhão estão nessa condição, assim como 647 mil adolescentes e jovens de 15 a 24 anos, e a grande maioria encontra-se na região Nordeste – cerca de 54% e 62%, respectivamente (SIS 2010).

Com tamanha diversidade e disparidade regional, étnica, cultural e socioeconômica do Brasil, seria impossível tratar os adolescentes do País como um grupo homogêneo. É mais apropriado, portanto, compreender as adolescências brasileiras no plural, considerando os diferentes contextos e evidenciando

as desigualdades vivenciadas pelos adolescentes no Brasil. As regiões Norte e Nordeste, particularmente no Semiárido e na Amazônia, e as periferias urbanas possuem os indicadores sociais mais críticos do Brasil e, portanto, são áreas geográficas onde os adolescentes são mais vulneráveis aos riscos mencionados pelo relatório.

Atualmente, 13 milhões de crianças e adolescentes vivem no Semiárido brasileiro, onde a população de 12 a 17 anos soma cerca de 5 milhões de pessoas. A população dessa região é extremamente afetada pelas condições climáticas desfavoráveis, falta de acesso à água potável, saneamento, educação e serviços de saúde de qualidade. No Nordeste, o percentual de adolescentes de 15 a 17 fora da escola chega a 16% e o percentual da população de 12 a 17 anos não alfabetizada é quase o dobro da média nacional.



Outros 9 milhões de crianças e adolescentes moram na Amazônia Legal brasileira, uma região marcada pela diversidade étnica e social e que concentra a maioria da população indígena do País. Cerca de 2 milhões de adolescentes de 15 a 17 anos habitam a região, muitas vezes em localidades remotas, acessíveis apenas por viagens de barco. São locais onde a disponibilidade de serviços voltados a essa população ainda é um desafio a ser superado. Os adolescentes dessas localidades frequentemente encaram situações ligadas à falta de moradia, saneamento e escola e são expostos aos riscos provocados pela mudança climática e, portanto, cada vez mais afetados pelos desastres naturais.

As regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo são áreas de maior concentração populacional no Brasil. Do total de 18 milhões de habitantes das duas cidades, aproximadamente 9 milhões têm menos de 18 anos (7 milhões com até 14 anos; 2 milhões com idade entre 15 e 17 anos). Adolescentes que vivem nessas áreas enfrentam problemas ligados à

falta de infraestrutura e de moradia, à baixa renda familiar e a altos índices de violência. Esses indicadores demonstram que é preciso superar grandes desafios para que cada adolescente brasileiro seja beneficiado de fato pelas políticas públicas e tenha acesso a serviços que propiciem seu desenvolvimento integral. O maior desafio é a redução das desigualdades.

5. Investindo na adolescência brasileira: boas práticas de participação

Como observado nas análises anteriores, a maioria dos adolescentes brasileiros raramente tem acesso às oportunidades necessárias para desenvolver habilidades, competências, conhecimentos e atitudes essenciais a essa fase da vida. Por, mesmo diante de um cenário de escassez de oportunidades, o relatório Situação Mundial da Infância 2011 reforça a ideia de que este é o momento de investir nos adolescentes, já que precisam desenvolver todo o seu potencial para enfrentar os desafios aqui apresentados.

Nos últimos anos, foram realizadas diversas iniciativas no Brasil para ampliar a participação dos adolescentes. As Conferências Nacionais dos Direitos da Criança incluíram adolescentes como participantes ativos; redes como a “Sou de Atitude” envolveram adolescentes em processos de acompanhamento do orçamento público e na avaliação de políticas públicas; o Conselho da Juventude estimulou processos organizativos e representativos; o III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração

Sexual de Crianças e Adolescentes deu visibilidade aos adolescentes e jovens que atuam com essa temática; a Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP) criou um conselho de adolescentes; o Movimento de Adolescentes do Brasil (MAB) mantém sua articulação nacional; e eventos específicos com diferentes temáticas se desenvolvem pelo País.

A participação dos adolescentes nesses e em outros espaços de debate e decisão têm transformado meninas e meninos em agentes de mudança. Por meio de sua

participação e do desenvolvimento de suas capacidades, eles têm contribuído com transformações positivas nas suas comunidades, estimulando processos democráticos e ajudando a ampliar espaços de expressão, compreensão e proteção da adolescência. A participação de adolescentes tem transformado a vida de meninos e meninas e de suas famílias, conforme demonstram as experiências a seguir.

Compreendendo a adolescência como uma fase da vida caracterizada também por necessidades peculiares de desenvolvimento e um intenso processo de socialização e aprendizado, o UNICEF no Brasil aposta em iniciativas de promoção da cidadania dos adolescentes, focadas na participação das gerações mais jovens em espaços coletivos de debate e decisão nos âmbitos público, familiar e comunitário.



Adolescentes Pró-Selo – Em 2010, em mais de mil municípios do Semiárido e da Amazônia e em cerca de 100 comunidades em grandes centros urbanos, os adolescentes tiveram um papel central nas ações para reduzir as desigualdades que afetam as meninas e meninos que vivem nessas áreas. As atividades com adolescentes integraram o programa Selo UNICEF Município Aprovado, iniciativa que mobiliza gestores, técnicos, conselheiros de direito, conselheiros tutelares, lideranças comunitárias, comunicadores, além dos próprios adolescentes e crianças, em prol da garantia dos direitos de meninas e meninos. No final de um ciclo de quatro anos, os municípios que mais avançam na melhoria de indicadores relacionados à infância e à adolescência recebem o reconhecimento do UNICEF. Nos municípios do Selo, os adolescentes se engajaram em atividades de comunicação e mobilização para reivindicar seus direitos e participaram dos fóruns comunitários e sessões de capacitação. **Mais informações:** <http://jovenscomunicadores.ning.com>; <http://adolescentesproseloma.wordpress.com>; e http://www.unicef.org/brazil/pt/where_13615.htm



Gabrielle Oliveira
15 anos, Bahia

Lançamento da campanha
Por uma Infância sem
Racismo

Venho do município de Valente, faço parte do Comitê Estadual da Bahia e sou membro da equipe Pró-Selo do meu município, juntamente com outros adolescentes, participando de discussões e buscando ações de melhorias para qualidade de vida de nossas crianças e adolescentes.

O que eu acho do racismo?

Eu sou negra e já fui vítima desse preconceito. Sei como isso afeta psicologicamente as pessoas fazendo com que elas se sintam inferiores a outras pessoas, o que não é certo e nem é verdade.

Uma das coisas que o País pode fazer para acabar com o racismo, por exemplo, é iniciar uma mudança na educação – porque ela é a base de tudo –, buscando valorizar a história do povo africano, que foi um povo que influenciou muito em nossa cultura, pois na escola nós só aprendemos, na maioria das vezes, que os negros vieram ao Brasil como escravos. Não nos falam que de lá vieram muitas rainhas e que, aqui, elas foram transformadas em escravas.

Portanto, a mensagem que deixo a vocês aqui hoje é a seguinte: não se pode julgar uma pessoa pela sua cor da pele, afinal, o que realmente importa é o que cada um traz dentro de si.

Rede de Jovens vivendo e convivendo com o HIV – Desde 2004, o UNICEF vem apoiando a realização anual de um encontro nacional de adolescentes soropositivos. Eles construíram uma rede de articulação, intercâmbio e reivindicação de políticas públicas e criaram um espaço de comunicação em parceria com a Revista Viração chamado “Escuta Soh!”. Mais informações: <http://www.viracao.org/escutasoh/>



Muitas vezes o jovem não sabe selecionar, em meio a tanta informação, o que é necessário. Alguns jovens do movimento que conheço ainda têm dúvidas, mesmo com muito acesso a informações. Que dirá um jovem que não tem conhecimento nenhum? Acho que precisamos trabalhar mais a mente dos nossos jovens em vez de só jogar informações. Por isso, acho que informação tems sim.. Pra todos? Não, ainda não.

Wallace Alcântara de Oliveira, 19 anos, Rio de Janeiro

Adolescentes indígenas – O Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas (Meiam), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coaiab) e o UNICEF realizaram, em setembro de 2007, o evento Adolescentes e Jovens Indígenas no II Encontro Nacional dos Povos das Florestas, com representantes de 14 Estados brasileiros e 26 etnias, que resultou na elaboração de um documento-agenda para o fortalecimento de sua organização. Em abril de 2010, dois adolescentes indígenas pataxós participaram do IV Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas, em Nova Iorque. Como parte das atividades posteriormente desenvolvidas em suas comunidades, um vídeo em parceria com o Instituto Tribos Jovens foi produzido e distribuído para promover a participação de adolescentes indígenas. O material pode ser acessado em <http://www.youtube.com/watch?v=Lf3Pzuhp3gk>.



Nós somos adolescentes indígenas, conhecemos nossa realidade e queremos o direito de participar de decisões na nossa comunidade, no nosso país, de dizer o que pensamos e ser ouvidos. Não queremos embelezar eventos ou ser personagens de livros. Queremos respeito por nossas tradições e reconhecimento da nossa cultura.

Estamos acompanhando o desenvolvimento do mundo. Somos parte dele e queremos participar do processo como iguais. Queremos lutar por políticas sociais que incluam crianças e adolescentes indígenas e promovam o fim da discriminação.

Daniilo de Jesus Lacerda (Urapinã Pataxó), 15 anos, Bahia
Durante o IV Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas

Mobilização pela Educação – Adolescentes de diversas regiões do País foram mobilizados em 2010 para debater a questão do ensino médio. Uma das iniciativas desenvolvidas pelo Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania (Iidac) reuniu adolescentes de escolas públicas em oficinas de debate que geraram um conjunto de recomendações para a melhoria do ensino médio. Essas recomendações foram encaminhadas para o Ministério da Educação.



Participo da Plataforma dos Centros Urbanos e fui convidada pelo Iidac para participar da oficina do iNOV&scola realizada no Rio de Janeiro. Conversamos e debatemos muitas coisas sobre escolas tão diferentes e tão distantes, e descobrimos que os problemas são os mesmos. E é por isso que a gente está fazendo tantas reuniões e tendo tantos debates. Afinal, um problema que há em uma escola e não há em outra é um problema da escola, mas um problema que há em uma escola e há em várias outras é um problema do ensino e são os órgãos públicos que tem de nos ajudar a resolver.

Sabrina Plácido dos Santos, 17 anos, Rio de Janeiro

Adolescentes do Mercosul – O Ministério da Educação (MEC) organizou, em setembro de 2010, a reunião preparatória do Parlamento Juvenil do Mercosul, projeto que tem como objetivo abrir espaços de participação e diálogo entre jovens de seis países da América do Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Paraguai e Uruguai). Um total de 27 professores e 99 adolescentes de todos os Estados brasileiros se reuniu em Brasília para discutir os desafios e oportunidades do ensino médio no Brasil. O grupo também preparou uma agenda de prioridades que foi levada por 27 representantes brasileiros para discussão no primeiro encontro internacional de jovens do Parlamento Juvenil do Mercosul, realizado em outubro de 2010 no Uruguai, com apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA). O mandato de um jovem parlamentar é de dois anos. Mais informações: <http://parlamentojuvenil.educ.ar/pt-br/>



Certamente a experiência do Parlamento contribuiu muito para meu aprendizado. Com a experiência, adquiri mais do que bagagem intelectual ou cultural. Aprendi valores, aprendi a ouvir, a respeitar opiniões, ainda que delas eu discorde. Foi um evento extraordinário. Uma multiplicidade cultural tamanha que surpreende. E como isso é bom! Vi jovens de todo o País, de diferentes realidades, preocupados em apontar as deficiências da educação e em, também e principalmente, apontar as soluções.

Marcos Coutinho, 16 anos, Espírito Santo

Representou o Estado do Espírito Santo em Montevideú, no Uruguai, no primeiro encontro internacional do Parlamento Juvenil do Mercosul, em outubro de 2010

Adolescentes monitorando o orçamento público – O ano de 2010 foi o terceiro ano de implementação do projeto “Onda: Adolescentes em Movimento pelos Direitos”. Essa é uma iniciativa do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e parceiros que visa à formação de adolescentes de escolas públicas em direitos humanos e orçamento público. É adotada uma metodologia baseada nos fundamentos da arte-educação e da educação popular. Pelo site do projeto “Criança e Adolescente: prioridade no parlamento” (www.criancanoparlamento.org.br), crianças e adolescentes podem acompanhar as leis em tramitação e ter contato com a opinião de outras pessoas sobre os temas em pauta no Congresso Nacional. Os resultados da iniciativa para 2010 estão registrados na revista Descolad@s, produzida pelos adolescentes envolvidos no projeto. Mais informações: <http://protagonismojuvenil.inesc.org.br/>



Nossa juventude não espera somente palavras e promessas, nossa juventude espera ações. Nós temos o direito de ter direitos e de reivindicá-los quando for preciso. O Estatuto da Criança e do Adolescente abrange tudo aquilo que meninas e meninos esperam de um Brasil justo, democrático e, especialmente, de um Brasil no qual meninas e meninos possam tornar sonhos de um presente injusto numa realidade de direitos cumpridos. Desconhecendo seus direitos, as crianças e os adolescentes perdem a possibilidade de ter uma infância e uma juventude mais justa e digna. Não queremos um futuro de direitos e sim um presente. Queremos melhor educação agora, saúde agora e direitos hoje.

Ludmilla Rodrigues, 16 anos, adolescente participante do projeto Onda, Brasília

6. Perspectivas e recomendações

Apesar da sombria situação econômica global, o relatório Situação Mundial da Infância 2011 argumenta que não há melhor momento do que este para investir no desenvolvimento dos adolescentes e situa a adolescência como um período crucial para acelerar o processo de enfrentamento da pobreza, da iniquidade e da discriminação. O relatório afirma que, sem investimento nesse grupo etário, esses elementos são transferidos para a geração seguinte, dando sequência a um ciclo de pobreza e exclusão social.

Com base na visão da adolescência como uma fase de oportunidades, o relatório sugere cinco áreas que devem ser vistas como prioritárias: coleta e análise de dados; educação; participação; estabelecimento de um ambiente de apoio para realização dos direitos dos adolescentes; e resolução de questões relacionadas à pobreza e às iniquidades.

O UNICEF no Brasil acredita que, para a adolescência tornar-se realmente uma fase de oportunidades para todos, também será preciso:

- que as necessidades específicas da adolescência sejam contempladas nas políticas públicas, e que a agenda dessas políticas seja uma agenda específica e positiva focada na promoção do desenvolvimento integral dos adolescentes;
- que o apoio nas fases inicial e intermediária da infância seja complementado por investimentos em educação, cuidados de saúde, proteção e participação dos adolescentes, principalmente para os mais pobres e vulneráveis;
- que dados e informações sejam coletados para identificar os grupos mais vulneráveis de adolescentes em todas as regiões e as iniquidades que os afetam, para garantir-lhes mais investimentos, oportunidades e direitos;
- que os adolescentes sejam ouvidos nos processos de tomada de decisão como condição essencial para se alcançar mais equidade. Para isso, é necessário ampliar os canais de participação na esfera das políticas públicas e institucionalizar os mecanismos de participação por meio de legislação específica com base no artigo 12 da Convenção sobre os Direitos da Criança;
- que as escolas aproveitem a facilidade de aprendizado dos adolescentes e contribuam para que eles adquiram competências, habilidades e conhecimentos necessários para desenvolver todo o seu potencial;
- que um esforço especial seja feito para reduzir a violência que atinge os adolescentes, com especial atenção para as causas dos homicídios.

Para contribuir com a temática, o UNICEF pretende ainda este ano lançar um relatório sobre a situação específica dos adolescentes no Brasil, com foco nas iniquidades, desafios e oportunidades.

¹ Brasil [SDH], 2009

² DATASUS

³ Homicídios na Adolescência no Brasil, IHA 2010 – ferramenta desenvolvida pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pelo Observatório de Favelas, em parceria com o Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAV-Uerj), dentro do Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens (PRVL).

⁴ Apesar de o Brasil não ter definido ainda uma linha de pobreza, utiliza-se o padrão de famílias vivendo com até 1/2 salário mínimo per capita, por mês, para essa definição.